

# Vicissitudes dos projetos experimentais

TARGINO, Maria das Graças, MAGALHÃES, Laerte. *Projetos Experimentais no Ensino de Comunicação*. Teresina: edição do autor, 1993. 144p.

Há 15 anos, o Conselho Federal de Educação (CEF) introduziria uma inovação nos cursos superiores de comunicação social: a atividade didática - projetos experimentais - destinada a neutralizar o teorismo que historicamente vinha impregnando esse campo. Foi uma iniciativa do conselheiro B.P. Bittencourt, preocupado em preservar o lastro humanístico e científico dos futuros profissionais da mídia, mas sensibilizado também pelas críticas procedentes do mercado de trabalho, reivindicando a formação de comunicadores habilitados ao exercício competente das funções peculiares ao jornalismo, propaganda, relações públicas, radialismo, cinema e produção editorial.

Em que medida essa providência governamental atingiu seus objetivos? Conseguiram os cursos de comunicação reduzir a distância que os separava das profissões? Lograram os trabalhos experimentais construir uma ponte entre teoria e prática?

Os resultados da pesquisa feita por Targino e Magalhães são pouco animadores. Eles expõem com clareza os revezes sofridos pelo ensino de comunicação no bojo da universidade brasileira. E demonstram que a nossa área, apesar da grande expansão da última década, padece de uma falta de identidade acadêmica, que a fragiliza, tornando incerto o seu futuro.

De certo modo, as inquietações dos colegas piauienses reafirmam tendências anteriormente observadas pelo gaúcho Orlando Alberto Pasquali, na obra *O gueto da comunicação*, Porto Alegre, edição do autor, 1987. Sintomaticamente, essas duas pesquisas não encontraram apoio

institucional para a sua divulgação, sendo custeadas pelos próprios autores... Isso se explica, é óbvio, pela natureza pouco ufanística dos dados coletados.

O livro de Targino e Magalhães inventaria a implantação dos projetos experimentais, anotando a desfiguração didática que sofreram com a Resolução CFE 2/84, cuja redação ambígua possibilita a sua transformação em meros "trabalhos de conclusão de curso". Essa maquiagem pedagógica retira-lhes a função original de instrumentos mediadores entre os cursos e a sociedade (incluindo naturalmente o mercado de trabalho). Também possibilita a sua conversão em simples peças de exercício acadêmico, reproduzindo os desvios teorizantes que a nova atividade pretendia evitar.

A pesquisa revela ainda a multiplicidade de interpretações que as universidades deram ao texto legal, tornando os projetos experimentais o último obstáculo que o aluno precisa transpor para conseguir o "diploma". Em muitos casos, eles assumem a feição de "monstros aterradores", ensejando significativa evasão escolar; em outros, assumem o caráter de "dinossauros afáveis", facilitando a formatura precoce de profissionais imaturos.

Há três aspectos destacados pelos autores, que põem a nu as vicissitudes dos cursos de comunicação no Brasil: 1) a ausência de laboratórios em muitas instituições, o que inviabiliza estruturalmente qualquer tentativa de experimentação pedagógica; 2) o desrespeito aos direitos autorais: não se trata da dimensão pecuniária, em sendo trabalhos condena-

## RECENSÕES

dos ao ineditismo, mas da propriedade intelectual, pela afoiteza com que se reproduzem as idéias compiladas na bibliografia sem sequer citar as fontes; 3) a negligência na orientação metodológica, transferindo-se ao aluno o ônus da iniciativa acadêmica e reservando-se ao professor a formalidade de submeter o trabalho final a julgamento. É evidente que existem exceções nesse panorama, mas as evidências coligadas pelos autores apontam na direção anteriormente explicitada.

Os autores concluem com algumas recomendações para a avaliação, dos projetos experimentais, propondo a criação de uma memória dessas atividades, evitando-se a reprodução desnecessária de idênticos trabalhos. Não obstante os dados correspondam a uma amostragem de 31,08% do universo, a ausência de uma lista das instituições analisadas\* e das personali-

des entrevistadas impede aferir se os resultados são efetivamente representativos do quadro nacional. Não basta a justificativa de que se optou por uma amostra não probabilística intencional: para dar mais credibilidade à pesquisa, seria indispensável adotar completa transparência em relação às fontes, ainda que se preserve a sua identidade na descrição dos fatos específicos que sustentam a argumentação essencial.

### **José Marques de Melo**

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp).

\* A lista das instituições analisadas, publicada a seguir, foi enviada pela co-autora, Maria das Graças Targino.

### **Universidades analisadas para a pesquisa: Projetos experimentais no ensino de comunicação**

1. Pontifícia Universidade Católica de Campinas
2. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
3. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
4. Universidade Católica de Pernambuco
5. Universidade de Brasília
6. Universidade de Mogi das Cruzes
7. Universidade do Amazonas
8. Universidade do Estado do Rio de Janeiro
9. Universidade Estadual de Londrina
10. Universidade Estadual de Ponta Grossa
11. Universidade Estadual Paulista
12. Universidade Federal de Alagoas
13. Universidade Federal de Pernambuco
14. Universidade Federal do Paraná
15. Universidade Federal do Ceará
16. Universidade Federal do Rio Grande do Norte
17. Universidade Federal de Santa Maria
18. Universidade Federal de Juiz de Fora
19. Universidade Federal da Paraíba
20. Universidade Federal do Piauí
21. Universidade Federal do Rio Grande do Sul
22. Universidade Federal do Rio de Janeiro
23. Universidade Federal de Minas Gerais

### **Regulamentos em fase de (re)estruturação**

- 1 Universidade de São Paulo
- 2 Universidade Federal de Mato Grosso